

Parecer nº 85/99

Data: 1996.06.16

Processo nº 608

ASSUNTO: Reclamação por recusa de documentação com os fundamentos das decisões referentes à entrevista num concurso para cargo dirigente – Chefe de Divisão de Infra-Estruturas e Equipamentos Escolares da Direcção Regional de Educação de Angra do Heroísmo.

1. O Pedido

- 1.1. O reclamante, identificado no processo, solicitou ao Presidente do Júri a documentação atinente ao concurso em que participou, designadamente, o acesso às actas e aos documentos em que assentam as deliberações do júri.

Alega que a valorização dada à entrevista não foi fundamentada e que lhe são recusados os apontamentos em que os elementos do júri se teriam baseado para a avaliação.

Refere ainda que não lhe foi enviada uma acta com o nº 3 que, logicamente, deveria preceder a que tem o nº 4.

- 1.2. O Presidente do júri do concurso a quem foi dirigido o pedido de documentos respondeu, em síntese, o seguinte:

- a) Os documentos em que assentaram as deliberações do júri constam do respectivo processo;
- b) As notas tomadas pelos elementos do júri não podem classificar-se como documentos administrativos: são excluídos dessa classificação pela alínea a) do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto - Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) - e não são

considerados como peças do processo, visto que têm as características de meros apontamentos pessoais;

- c) A acta com o nº 4 refere-se, na verdade, à 3ª reunião do júri, razão pela qual, só por lapso lhe não foi atribuído o nº 3.

Assim, não existindo a acta com este número deverão ser informados todos os candidatos da inexistência dessa acta.

2. Apreciação

- 2.1. O processo de concurso para cargos de chefe de divisão e director de serviços é regulado pelo Decreto-Lei nº 231/97, de 3 de Setembro.

O artigo 10º preconiza a utilização simultânea dos seguintes métodos de selecção, sem carácter eliminatório: a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção.

Quanto à primeira, o artigo 11º fixa os critérios de avaliação referenciados aos seguintes factores: habilitações académicas; experiência profissional geral; experiência profissional específica e formação profissional.

Relativamente à entrevista, o artigo 12º determina que o júri aprecie: o sentido crítico; a motivação; a expressão e fluência verbais e a qualidade da experiência profissional.

O artigo 13º no nº 2 estabelece que a entrevista não pode ter um índice de ponderação superior ao dos restantes métodos de selecção.

- 2.2. Dos documentos juntos à reclamação pode inferir-se que as operações de classificação se basearam em documentação curricular e seguiram critérios de apreciação e ponderação previamente definidos, que constam da acta nº 1.

No que toca à entrevista, foi atribuída uma valoração aos vários factores e encontrada uma média final ambas deliberadas pelo júri e igualmente transcritas para a acta.

Para esse efeito, é compreensível que, no decurso das entrevistas, cada um dos membros do júri tivesse tomado apontamentos que permitiriam depois expressar a sua impressão e votar uma classificação final.

- 2.3. E de duas uma: ou tais apontamentos foram juntos ao processo e serão acessíveis, ou foram inutilizados depois de elaborada a acta.

Neste caso, não poderá aceder-se ao que não existe.

- 2.4. Posto de parte o acesso à acta nº 3, cuja inexistência já foi justificada pelo Presidente do Júri, restará apreciar apenas a recusa de acesso aos apontamentos que o reclamante diz ter visto tomar enquanto decorria a entrevista e cujo conhecimento lhe é negado com o fundamento de que as notas tomadas durante as entrevistas possuem características de pessoalidade e não são documentos administrativos, de acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto.

Pelos mesmos motivos, essas “notas” não foram consideradas peças processuais e o júri considera-se desonerado da sua exclusão do processo.

- 2.5. A apreciação da recusa de acesso pelo reclamante às notas dos membros do júri centra-se, portanto, na natureza que lhes é atribuída.

Se contiverem os fundamentos da decisão são elementos essenciais, nos termos da lei e devem ser acessíveis como elementos do processo.

Outra situação será a de terem servido apenas como apontamentos memorizadores dos fundamentos e das decisões que ficaram a constar da acta e que, entretanto poderão ter sido destruídos ou desligados do processo.

Só que, neste caso, a resposta do Presidente do Júri deveria referir apenas a sua inexistência.

De acordo com o nº 3 do artigo 7º da LADA, o direito de acesso aos documentos administrativos inclui também o direito à informação sobre a sua existência, ou (obviamente) sobre a sua inexistência.

3. Conclusão

3.1. O motivo invocado pelo Presidente do júri de que as notas pedidas não são documentos administrativos não pode colher, se elas constarem do processo de concurso como fundamentos das decisões tomadas. Nesse caso, não se incluem no conteúdo do nº 2 do artigo 4º da LADA, como “notas pessoais, esboços ou apontamentos”, pois são peças essenciais do processo.

3.2. Se as notas tiverem sido destruídas por inúteis e não existirem, a resposta a dar deverá ser a informação da sua inexistência. Nos termos do nº 3 do artigo 7º, o direito de acesso compreende também o direito de ser informado sobre a existência (ou não) do documento pretendido.

Envie-se o presente parecer ao reclamante e à entidade reclamada.

Lisboa, 16 de Junho de 1999.

Branca do Amaral (Relatora) – José Magalhães – Silva Marques – Narana Coissoró – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – João Labescat – Castro Martins (Presidente)